

## ACTA NÚMERO 133

Aos vinte e dois dias de Dezembro de 2020, pelas 19h30, através da plataforma Zoom, reuniu a Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Rugby, regularmente convocada para o efeito, nos termos do disposto do n.º.1 do artigo 20º, dos Estatutos da Federação Portuguesa de Rugby, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apresentação e votação do Orçamento e Plano de Atividades para 2021.
2. Apresentação e votação da proposta da Direcção para constituição de uma empresa.
3. Diversos.

A Mesa da Assembleia Geral (MAG) foi constituída pelo respetivo Presidente, Tito Arantes Fontes e pelo Secretário, Miguel Gonçalves Rodrigues.

À hora marcada para a primeira convocatória, o Presidente da Assembleia (PMAG) constatou que não se encontrava reunido o quórum necessário para deliberar, nos termos do n.º. 4 do artigo 20º dos Estatutos, pelo que se decidiu aguardar pela hora marcada para a segunda convocatória. Às 20 horas o Presidente da Mesa da Assembleia Geral iniciou os trabalhos.

Às 20 horas encontravam-se presentes os seguintes delegados, conforme lista de presenças: José Carlos Lopes Martins (Académica), Leonardo Falcão Trigo (Agronomia), José Carlos Esteves Martins (Bairrada), Luís Manuel Costa Baptista, Pedro Jorge Carvalho Tomás e Alexandre Manuel Fernandes Barbosa (Belas), Hugo Rodrigues Matos Almeida, Diogo Jardim Barbosa, Pedro Manuel Monteiro Varela e Maria Antónia Balula Santos (Belenenses), Rodrigo Santos Alves (Benfica), Pedro Aguilar Monteiro, Miguel Portela Almeida Pereira e Miguel Jorge Pires Corais (Braga), Joaquim Miguel Cortes Meirelles, Tito Barros Caldeira e Miguel Gonçalves Rodrigues (CDUL), Bernardo Castro Marques (CDUP), Pedro Fragoso Mendes (Direito), Miguel Nuno Macedo Vilaça (Galiza), João Pedro Braz Costa (Loulé), António Paulo Ramos Xavier (Montemor), Tito Arantes Fontes (Sporting) e Pedro Abrantes Vieira (ANAR).

Encontravam-se presentes o Presidente da FPR, Carlos Amado da Silva e os Vice-Presidentes da Direcção Luis Sarmento, Ricardo Nunes, Luís Canongia, Francisco Martins e João Constantino Encontrava-se presente também o Secretário-geral da FPR Mário Costa e o Director de Competições, Nuno Salvador Costa.

O Presidente da Mesa pôs à consideração da Assembleia a participação na mesma sem direito a voto de Carlos Leite da Silva, que foi aprovado por unanimidade dos delegados.

Verificada a presença dos referidos delegados e a suficiência dos mesmos para abrir os trabalhos nos termos Estatutários, o Presidente deu início à discussão da Ordem de

Trabalhos da Assembleia Geral, em segunda convocatória, pelas 20 horas, passando a palavra ao Presidente da FPR.

Carlos Amado da Silva, Presidente da FPR, cumprimentou a Mesa e os delegados presentes e justificou o atraso na apresentação do Orçamento e Plano de Actividades pela situação extraordinária causada pela pandemia, referiu que o Plano de Actividades, segue o Plano do ano passado, condicionado pelas restrições impostas pela pandemia e pela World Rugby e Rugby Europe. A selecção só em Fevereiro vai disputar com a Espanha o jogo em atraso referente ao Campeonato Europeu do ano passado e em Março iremos disputar 3 jogos. A actividade está condicionada também pela dificuldade em arranjar patrocinadores e pelo fraco apoio concedido pela World Rugby aos países do Tier 3. O Presidente da FPR lamentou que as dificuldades financeiras não permitam a transmissão televisiva pela Rugby TV de todas as competições. A actividade dos escalões jovens está suspensa e só poderão ter início após autorização das entidades oficiais. Actualmente, a FPR paga todos os testes COVID das equipas que competem, o que significa um encargo elevado, não se sabendo ainda se vai haver algum apoio suplementar que possibilite a manutenção destas iniciativas da FPR. Referiu ainda que a World Rugby disponibilizou um empréstimo de 100 mil euros a 3 anos sem juros. Terminou a sua intervenção apelando a todos cuidado para se evitar a propagação do vírus.

Tito Arantes Fontes, PMAG, passou a palavra ao Vice-Presidente da FPR, Luis Sarmiento, que explicou a metodologia seguida para elaborar o orçamento, que num cenário optimista é um orçamento com menos 14 mil euros que o anterior, tendo em conta uma redução nos custos com os recursos humanos, a manutenção do apoio do IPDJ e da World Rugby e conseguir angariar 2 novos patrocinadores, caso contrário as actividades previstas serão condicionadas.

O Presidente da Mesa passou a palavra aos delegados que pediram para intervir e aos membros da Direcção para prestação de esclarecimentos.

José Carlos Martins, Académica, chamou a atenção para algumas repetições de verbas no orçamento.

Pedro Vieira, ANAR, elogiou o esforço da FPR para conseguir ter competições em funcionamento e o cuidado que tem tido com a arbitragem mas lamentou a reduzida verba atribuída a este sector no orçamento, 22.800 euros, menos de 1%.

Como resposta à questão levantada, o Presidente da FPR esclareceu que não irá faltar dinheiro para a arbitragem e que o Vice-Presidente Luis Sarmiento irá esclarecer melhor a questão da verba atribuída.

Miguel Vilaça, Galiza, questionou sobre se existe um plano de retoma das competições jovens de forma a aproveitar o pouco tempo que disporão nesta época.

Luis Sarmiento referiu que a verba apontada por Pedro Vieira destina-se somente à formação dos árbitros e que a verba total atribuída à arbitragem está distribuída em outras rubricas e ascende a 174.200 euros.

Carlos Amado da Silva, Presidente da FPR informou que independentemente da verba atribuída à arbitragem esta terá sempre condições para funcionar. Quanto ao plano de retoma das competições jovens tudo depende de quando forem autorizadas e da possibilidade de estender o calendário competitivo para além do normal.

Bernardo Marques, CDUP, salientou a importância de reforçar a verba para a formação e o regresso da actividade das Academias fora de Lisboa.

O Presidente da FPR informou que a formação depende muito dos clubes e do apoio das Associações Regionais mas como não há actividade não há mais verbas atribuídas e que é intenção desta Direcção reactivar as Academias do norte e centro assim como uma seleção residente baseada nas seleções regionais, mas sem competições internacionais para além do Europeu de Seniores não são concedidas verbas o que inviabiliza as Academias, por outro lado está a ser estudada a hipótese de se constituir outra seleção que participe em competições europeias, tal como outros países fazem, nomeadamente a Argentina com os Jaguares que competem no Super Rugby.

Ricardo Nunes, Vice-Presidente da FPR, informou que só haverá maior apoio da World Rugby com competições e que ainda existe alguma esperança de recuperar o patrocínio da Caixa Geral de Depósitos. Informou ainda a AG que apesar de não haver competições a FPR manteve um técnico remunerada na região norte e na região centro.

Luis Sarmiento, relativamente à formação informou que algumas que estavam previstas não se realizaram por falta de formandos.

Diogo Barbosa, Belenenses, declarou que gostava que o orçamento fosse realista e não optimista para haver uma noção das consequências no Plano de Actividades se falharem receitas, pois os clubes não têm capacidade para serem mais onerados e que a Rugby TV não pode ser mais um custo pesado para o orçamento.

Carlos Amado da Silva não sabe em que é que os clubes foram mais onerados e comparativamente com outras modalidades os clubes de rugby pagam muito menos. Obviamente o ideal seria um orçamento realista, mas tal não é possível porque depende de receitas que ainda não estão garantidas e que afectarão a actividade positiva ou negativamente. Quanto à Rugby TV referiu que as transmissões serem feitas pela FPR significa um custo menor do que se fossem feitas por terceiros.

Diogo Barbosa questionou que se não se conseguirem as receitas previstas e não houver uma diminuição de custos fixos onde se vai buscar dinheiro para cumprir um Plano de Actividades mínimo e independentemente do custo referiu a importância das transmissões televisivas nesta época de pandemia.

Carlos Leite da Silva apontou várias hipóteses para a FPR se financiar com programas europeus.

Ricardo Nunes, Vice-Presidente da FPR manifestou disponibilidade para reunir e estudar ideias que ajudem financeiramente a federação.

Pedro Monteiro Varela, Belenenses, deu a conhecer o esforço financeiro que o seu clube teve de fazer para participar na Taça Ibérica recebendo como único apoio da FPR os testes COVID e perguntou qual o retorno da Rugby TV e se existe algum Business Plan e não havendo sugere que a FPR apresente um.

O Presidente da FPR informou que foi feito um esforço suplementar na Rugby TV para que os adeptos possam assistir aos jogos do rugby nacional prestando um serviço público gratuito numa altura de excepção, agradeceu todos os contributos para rentabilizar este investimento. A única publicidade que passa na Rugby TV não é paga pois é dos patrocinadores oficiais da FPR e dos clubes. Sobre a Taça Ibérica o Presidente esclareceu que esta taça é uma organização dos clubes e daí só ter dado o apoio aos testes COVID.

O Vice-Presidente Luís Sarmento informou que se espera que o IPDJ dê um apoio de 75.000 euros à Rugby TV no próximo ano.

Pedro Aguilar Monteiro, Braga, questionou se íamos votar o Orçamento com as observações feitas pelos delegados.

Luís Sarmento informou que as correções iam ser introduzidas mas que os totais globais não se alteram.

Tito Arantes Fontes, PMAG, pediu que as alterações sejam posteriormente enviadas aos delegados e não havendo mais quem desejasse usar da palavra pôs o Ponto 1 da Ordem de Trabalhos à votação que foi aprovado com 13 votos a favor, sete abstenções e nenhum voto contra.

Passando ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos Tito Arantes Fontes deu a palavra ao Presidente da FPR que explicou que nesta fase só se pretende autorização para iniciar o processo de constituição de uma empresa que permita recuperar o IVA de uma série de serviços.

Diogo Barbosa, Belenenses, perguntou qual a missão da empresa, quem são os sócios e como vai funcionar.

Paulo Xavier, Montemor, acompanha as questões postas pelo delegado do Belenenses, questionando também sobre o capital e objecto da mesma e acha que uma empresa tem de ser algo mais para além de benefícios fiscais.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral sugeriu a alteração do Ponto 2 para “ estudar projecto de criação de empresa...”

José ???, manifestou o acordo de principio sujeito às condições que vierem a ser posteriormente comunicadas à Assembleia.

Pedro Monteiro Varela, Belenenses, chamou a atenção para o IRC que a empresa vai ter de pagar e questionou qual a intervenção da FPR na sociedade e alertou que se a empresa tiver prejuízos pode afectar os fundos patrimoniais da federação.

Miguel Almeida Pereira, Braga, acha que a FPR não tem de pedir autorização à Assembleia Geral para criar uma empresa.

Tito Arantes Fontes, Presidente da MAG, acha que precisa pois nos estatutos da Federação não está considerada essa hipótese e acha prudente fazê-lo, até pelas questões postas pelo delegado Pedro Varela.

Ricardo Nunes esclareceu que o que se pretende é autorização para se debater este tema e que o acionista único seria a FPR.

O Presidente da FPR reforçou que somente se pretende fazer um estudo sobre os benefícios desta empresa e em função das conclusões apresentar ou não a proposta de criação da referida empresa.

Paulo Xavier, do Montemor, partilha das preocupações jurídicas apresentadas e tem dúvidas se uma entidade pública pode fazê-lo, a acontecer a FPR deve ser a sócia única.

Não havendo mais intervenções o Presidente da MAG pôs à votação o Ponto 2 com o texto rectificado, que não mereceu a oposição de ninguém, a qual foi aprovada com 20 votos a favor, 2 abstenções e nenhum voto contra.

Passando ao Ponto 3 da Ordem de Trabalhos, Tito Arantes Fontes passou a palavra ao delegado da ANAR, Pedro Vieira que pediu esclarecimentos sobre a tomada de posse e funcionamento do Conselho de Arbitragem e propôs que sejam alterados os Estatutos para que a eleição dos membros do Conselho de Arbitragem não sejam eleitos por método de Hondt de forma a evitar repetirem-se situações idênticas.

O Presidente da MAG confirmou que tal só é possível com uma alteração aos Estatutos e desde que não colida com a Lei de Bases. Quanto à tomada de posse na acta 131 estão indicadas as pessoas eleitas para esse órgão, tendo somente tomado posse as 2 primeiras, o Conselho de Arbitragem tem funcionado pois tem quórum, existindo uma indicação de que estes 2 membros cooptaram um terceiro elemento.

Pedro Vieira declarou estar esclarecido mas não convencido e vai propor a alteração dos Estatutos para que os membros do Conselho de Arbitragem sejam eleitos por método directo.

Tito Arantes Fontes acha pertinente fazer uma revisão dos Estatutos.

Carlos Amado da Silva, informou a Assembleia Geral do pedido de demissão do Vice-Presidente Paulo Paiva dos Santos.

Pedro Aguilar Monteiro, do Braga Rugby, questionou a Direcção quando vai propor a aprovação do clube como membro da Federação em Assembleia Geral.

O Presidente da FPR solicitou que dada a excepcionalidade pudesse ser deliberado nesta AG.

O Presidente da MAG lamentou mas o Ponto 3 é de diversos e qualquer deliberação tomada neste ponto seria nula, pelo que essa proposta deve ser agendada para a AG de Março/Abril.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu os trabalhos por encerrados pelas 22H45, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral.